O protagonismo da Bíblia

O protagonismo da Bíblia

Reflexões sobre o papel das Escrituras em nossos dias

ESTEVAN F. KIRSCHNER

MUNDO CRISTÃO

Copyright © 2022 por Estevan F. Kirschner
Publicado por Editora Mundo Cristão

Os textos bíblicos foram extraídos da *Nova Versão Transformadora* (NVT), da Tyndale House Foundation, salvo as seguintes indicações: *Almeida Revista e Atualizada*, 2ª ed. (RA), da Sociedade Bíblica do Brasil; e *Nova Versão Internacional* (NVI), da Biblica, Inc.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios (eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação e outros), sem prévia autorização, por escrito, da editora.

Imagem de capa: Meriç Dağlı / Unsplash

CIP-Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

K65p
Kirschner, Estevan F.
O protagonismo da Bíblia : reflexões sobre o papel das escrituras em nossos dias / Estevan F. Kirschner. - 1. ed. - São Paulo : Mundo Cristão, 2022.
64 p. (Sementes)

ISBN 978-65-5988-095-9

1. Cristianismo. 2. Ensinamentos - Bíblia. 3. Palavra de Deus (Teologia cristã). I. Título.

22-76999 CDD: 220.13
CDU: 27-14

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Categoria: Teologia
1ª edição: maio de 2022

Edição
Daniel Faria

Revisão
Natália Custódio

Produção
Felipe Marques

Diagramação
Marina Timm

Colaboração
Ana Luiza Ferreira

Capa
Ricardo Shoji

Publicado no Brasil com todos os direitos reservados por:

Editora Mundo Cristão
Rua Antônio Carlos Tacconi, 69
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04810-020
Telefone: (11) 2127-4147
www.mundocristao.com.br

Sumário

Introdução 7

1. Deus, texto e contexto: O papel normativo das Escrituras 10
2. Da Babilônia à Nova Jerusalém: O ensino da Bíblia sobre a cidade 31
3. A sinagoga, a praça e a academia: O evangelho em diálogo com o religioso, o profano e o erudito 46

Notas 61

Sobre o autor 62

Introdução

Um dos subprodutos da era digital é o que se convencionou chamar de "pós-verdade". O raciocínio é simples, e estranhamente eficaz: se alguém deseja que alguma coisa seja percebida como "verdadeira", basta sua divulgação intensa nas redes sociais, uma grande quantidade de compartilhamentos, além de um número expressivo de "curtidas" nas páginas de apresentação. Pronto! Como num passe de mágica surge o "fato" ou a "verdade", ainda que não possua nenhuma comprovação.

A expressão "ganhar no grito", uma metáfora da cultura popular brasileira (derivada dos embates estridentes entre felinos domésticos), poderia ser usada como uma descrição apropriada para a assim denominada "pós-verdade".

Num ambiente como esse, como podemos manter nossas convicções, entender a verdade de Deus revelada no texto das Escrituras, que consideramos ser a expressão da Verdade divina, e nos

envolver ativamente com ela ao mesmo tempo que somos por ela envolvidos?

Claro, não seria suficiente simplesmente falar a verdade com maior volume do que as outras propostas franqueadas na sociedade. Como cristãos, não podemos capitular aos padrões sempre fluídos e mutantes em torno do conceito da verdade que a mentalidade vigente procura estabelecer em cada época. Não nos compete, portanto, procurar "ganhar no grito", nem que seja pela nobre causa do evangelho.

Em lugar disso, deveríamos ser "ganhos" pela verdade das Escrituras por aquilo que elas mesmas são. Ou seja, dar espaço para sermos conquistados e persuadidos pela própria Palavra de Deus em seu texto, contexto e narrativa. A partir desse pressuposto, estaríamos mais bem equipados para entender a "grande história" (o enredo) na Bíblia, que tem como propósito a redenção humana e de toda a criação. Num terceiro momento, teríamos algo de relevante para dizer à sociedade na qual estamos inseridos, possibilitando que outros também sejam "ganhos" pela Verdade com uma atitude afirmativa, não beligerante.

Este livreto procura estimular quem o lê a

fazer exatamente isso, tendo os três artigos nele contidos como motivação. Esses artigos foram escritos e publicados em momentos diferentes, mas se complementam muito bem como uma tríade que vai da convicção, passando pelo entendimento e culmina no envolvimento a partir do protagonismo dinâmico das Escrituras em seus mais diversos aspectos — sua normatividade, história e a possibilidade de interação resultante.

Nosso desejo é que essa coleção de artigos contribua de algum modo para o desenvolvimento de uma postura afirmativa da Verdade de Deus em Cristo, como ela é testemunhada nas Escrituras. E que o testemunho cristão transcenda o fascínio e a sedução de capitular à mentalidade beligerante hoje vigente na sociedade brasileira, a fim de podermos responder apropriadamente com o evangelho àqueles que perguntam a respeito de nossa esperança em Cristo (1Pe 3.15).

Àquele que é a Verdade seja toda glória, agora e sempre. Amém!

1

Deus, texto e contexto: O papel normativo das Escrituras[1]

> A não ser que seja convencido pelo testemunho da Escritura ou por argumentos evidentes [...] a minha convicção vem das Escrituras a que me reporto, e minha consciência está presa à palavra de Deus — nada consigo nem quero retratar, porque é difícil, maléfico e perigoso agir contra a consciência. Deus me ajude, Amém.[2]

As palavras de Martinho Lutero ecoam pelos séculos como um testemunho, dos mais eloquentes, da atitude de submissão e obediência incondicionais à Palavra de Deus escrita. De fato, os cristãos evangélicos têm uma herança muito preciosa de respeito e consideração à Bíblia e ao seu ensino. Homens como Lutero, Melanchton, Zwinglio, Calvino, Knox e outros reformadores basearam todo o seu esforço e obra num fundamento comum: *Sola Scriptura*, isto é,

"só a Escritura", somente ela tem a autoridade e o direito de ser obedecida — não o papa, bispos, concílios ou tradições.

Existe hoje, nas igrejas, uma forte tentação no sentido de negligenciar a herança histórica, exatamente na área fundamental da bibliologia, quer pela falta de preparo bíblico-teológico de grande parte da liderança, quer pelo favorecimento generalizado do valor e autoridade relativos da experiência sobre a Bíblia. Em anos recentes temos observado uma sutil, mas inquietante, transferência da submissão à autoridade da Palavra de Deus escrita para a "palavra" oral de pastores e líderes evangélicos populares. Alguns desses procuram remeter o povo evangélico de volta à Bíblia. Muitas vezes, no entanto, verificamos que o povo evangélico, consciente ou inconscientemente, favorece o ambiente em que alguém é capaz de pautar suas próprias interpretações e/ou opiniões com um "assim diz o Senhor", que isenta a maioria menos avisada da tarefa, sempre salutar, de examinar as Escrituras "para ver se as coisas eram, de fato, assim" (At 17.11, ARA).

Ataques frontais, ou camuflados, à veracidade e integridade das Escrituras têm sido frequentes

ao longo da história, bem como as releituras ideológicas que rejeitam a compreensão histórico-gramatical normal (literal) do texto bíblico. Nosso intuito neste artigo é traçar algumas considerações sobre a questão atual da qualidade normativa da Bíblia e suas implicações para a realidade evangélica brasileira.

A crise atual

A difícil fase que a sociedade brasileira (e latino-americana) tem vivenciado também afeta as igrejas. Em primeiro lugar, é claro, pelo simples fato de passar a igreja pelos mesmos problemas práticos que todo e qualquer segmento da sociedade enfrenta, principalmente na área econômico-social. Em segundo lugar, porque a igreja tem sido constantemente influenciada em sua identidade, organização e missão por certas premissas filosóficas inerentes à mentalidade que caracteriza os tempos atuais. Um exame, por superficial que seja, dos conceitos mais populares de autoridade bíblica encontrados nas igrejas revela tendências perigosas do rumo ortodoxo (grego: "opinião reta") que

deveria orientar a igreja em sua compreensão do papel normativo das Escrituras.

l. A percepção restritiva da autoridade bíblica

A autoridade bíblica limita-se a assuntos de natureza espiritual (ou religiosa), tais como o culto, a escola dominical, a evangelização e programas da igreja. Quanto à área moral, ética ou financeira, o que decide é a experiência comum da comunidade cristã, modelos ou padrões pragmáticos (do tipo "o que funciona é o que é certo"), o conselho de "autoridades" na área ou simplesmente as tendências do momento. Naturalmente, a pressuposição subjacente deste conceito de papel normativo da Bíblia é a de que existe uma dicotomia entre aquilo que se toma como "espiritual" e o que é tido como "profano". Tal dualismo, porém, tem mais afinidade com o neoplatonismo dos primeiros séculos da igreja cristã (distinção absoluta entre "espírito" e "matéria") do que com o ensino do Novo Testamento (cf. Mc 7.1-23; 1Co 10.31; Cl 3.17).

2. A visão impressionista da autoridade bíblica

Só é determinativo ou autorizado no texto bíblico aquilo que provoca no leitor alguma "impressão"

ou reação forte. O leitor tende a igualar a mensagem de uma passagem bíblica com os pensamentos que ocupam sua mente enquanto ele a lê. Esta perspectiva parece ser das mais populares, pois encontra respaldo na cosmovisão subjetivista e individualista que é dominante hoje. Além disso, também corresponde, de certa forma, à noção neo-ortodoxa de um encontro existencial com Deus mediado por um texto bíblico qualquer que "se torna a palavra de Deus" para o leitor.

3. A concepção dogmática da autoridade bíblica

A Bíblia é considerada detentora de autoridade, mas somente nos aspectos que favoreçam ou sejam convenientes a uma posição doutrinária que este ou aquele grupo ou movimento promove. Listas de versículos como texto-prova desta ou daquela doutrina são apresentadas sem maiores cuidados quanto ao contexto de cada passagem, seu propósito original e sua compreensão dentro do livro ou autor bíblico onde se encontra. O conteúdo do famoso dito, "texto fora de contexto é pretexto", ainda que teoricamente repudiado pela maioria de nós, acaba, muitas vezes, sendo a descrição mais apurada da prática hermenêutica

de muitos de nós. O grande problema aqui é saber o que fazer com todo o resto das Escrituras que continua detendo autoridade, mas que, aparentemente, não se encaixa com o sistema doutrinário defendido. O "reducionismo", como método hermenêutico, tem caracterizado a exegese histórico-crítica (liberal), mas também muito daquilo que se denomina interpretação ortodoxa da Bíblia. Basta olhar à nossa volta e verificar o que, por exemplo, têm feito os proponentes do chamado "evangelho da prosperidade". As passagens que falam de sucesso material e bem-estar físico são convenientemente requisitadas como alicerces do ensino proposto; contudo, as que falam de sofrimento físico, perseguição e estilo de vida simples do crente são, quando muito, "demitologizadas" ou relegadas a segundo plano, se não totalmente negligenciadas.

Por trás destas perspectivas deficientes e suas implicações está, é claro, uma visão *fragmentada* da Bíblia: não se entende as partes pelo todo nem vice-versa. Mas, acima de tudo, este é um problema de atitude em relação à Palavra de Deus, principalmente no que concerne ao propósito para o qual ela nos foi dada "por escrito" e nas formas